

A INTERPRETAÇÃO NA ANÁLISE DE DISCURSO E NOS ESTUDOS DA TRADUÇÃO

Maria Paula FROTA

(mpfrota@let.puc-rio.br)

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Começo por dizer que a escrita deste texto para o II SEAD me situa em um lugar ao mesmo tempo difícil e prazeroso. Difícil na medida em que minha condição de semi-estrangeiridade ao campo da análise do discurso, se provoca o desejo de falar sobre ele, provoca também o receio da inadequação ou mesmo do erro. Prazeroso na medida em que é pela via desta escrita que tenho a possibilidade de desfrutar de um reencontro com esse campo e seus pesquisadores, passados agora já quinze anos do nosso encontro primeiro. Embora talvez não fosse preciso explicitar, o que quero dizer é que estou certa de que, muito mais do que trazer contribuições relevantes aos colegas da AD, minha participação neste Seminário se beneficiará de suas críticas e contribuições às ponderações que eu venha a fazer.

Os temas do Seminário e do Simpósio em que estou inscrita funcionam como as primeiras balizas disciplinares e conceituais do caminho deste texto: o campo dos estudos da tradução, no qual desde sempre estou inserida, e o da análise do discurso no Brasil; um confronto de seus limites; e um mapeamento, nesses campos, dos conceitos de interpretação e historicidade. A partir desses dois conceitos e de outras noções que a nosso ver eles necessariamente implicam – como as de sujeito, língua, sentido, ideologia –, procurarei indicar pontos de convergência e de diferença entre os dois campos, tanto em termos do que me parece já construído em cada um deles quanto em termos do que me ocorre como possíveis e interessantes perspectivas que se apresentam.

Uma primeira convergência que enxergo entre os estudos da tradução e a análise do discurso consiste em suas ascendências e portanto em traços por elas deixados no que tange aos conceitos aqui de interesse. Embora apenas em parte no caso dos estudos da tradução, os dois campos disciplinares são herdeiros do complexo movimento que se deu na França dos anos sessenta em torno do estruturalismo instaurado por Saussure e Jakobson. Como se lê no trabalho de Paul Henry acerca dos fundamentos teóricos da AD, Pêcheux quis se apoiar em certos aspectos do estruturalismo, no materialismo histórico tal como renovado por Althusser e na psicanálise tal como reformulada por Lacan (1990, p. 14). Segundo Henry, tanto Althusser quanto Lacan, e também Derrida e Foucault,

tinham em comum uma rejeição radical a certa concepção humanista de sujeito e das “ciências humanas”.

Vejo marcas dessa herança e de aproximação entre a AD e os estudos da tradução, por exemplo, quando Eni Orlandi, lá em 1989, escreve que “a constituição dos processos de significação” são “questão crucial” para a análise do discurso. E que “não é só quem escreve que significa; quem lê também produz sentidos. E o faz, não como algo que se dá abstratamente, mas em condições determinadas cuja especificidade está em serem sócio-históricas” (p. 101). Ou ainda no trabalho, publicado no ano anterior, em que

“nega a possibilidade de pensar-se:

- a) um autor onipotente, cujas intenções controlassem todo percurso da significação do texto;
- b) a transparência do texto, que diria por si toda (e apenas uma) significação; e, ainda, c) um leitor onisciente, cuja capacidade de compreensão dominasse as múltiplas determinações de sentidos que jogam em um processo de leitura.” (1988, p. 10-11)

Com o mesmo intuito de mostrar marcas da herança comum aos dois campos, passemos à tradução de um trecho escrito em 1986 por Lawrence Venuti, o qual vem lutando pela visibilidade social da atividade tradutória. Para tanto, ele propõe que os tradutores passem a operar uma escrita de resistência em lugar da escrita de assimilação que põe em funcionamento a estratégia da fluência, responsável pela invisibilidade do trabalho tradutório de interpretação e de escrita. Diz ele que

“a fluência pressupõe o conceito de sujeito humano como consciência livre e unificada que transcende as limitações impostas pela língua, a biografia e a história, e que é a origem do significado, do conhecimento e da ação. O conceito de sujeito transcendental define o autor como o significado último do texto e privilegia o leitor como árbitro absoluto desse significado: não apenas autor e leitor são removidos da conjuntura histórica na qual a atividade ocorre, como também a materialidade resistente do texto tende a evaporar, deixando uma janela transparente através da qual se pode ver o significado ou a psicologia do autor – seja no texto original ou em uma tradução.” (Venuti, [1986] 1995, p. 117)

Venuti argumenta que “o efeito de verdade – a ilusão de transparência por meio da qual a língua desaparece e o mundo ou o autor parecem presentes – mostra que a própria forma [textual pode] reproduz[ir] o conceito transcendental de

subjetividade do individualismo burguês” (apud Frota, 2000a, p. 90). O autor sustenta que “o processo transformacional da tradução pode ser definido como uma prática social no sentido de Althusser” (Venuti, [1986] 1995, p. 115) e critica uma epistemologia que ignora as “determinações discursivas e ideológicas”:

“Deve ficar claro que, se estou combatendo a invisibilidade do tradutor com a idéia de que a tradução é uma prática social que envolve um trabalho de transformação extremamente complicado, não chego a elevar o tradutor ao status de outro autor que seja a origem fixa e transcendental da tradução e que desta forma concorra com o autor estrangeiro ou o supere. Minha análise, ao contrário, propõe que a atividade do tradutor, assim como a do autor estrangeiro, é moldada por determinações sociais das quais eles podem ou não estar cientes, materiais lingüísticos, literários e históricos que constituem seus textos e podem muito bem provocar significações além de suas intenções.” (Venuti, *ibidem*, p. 123)

Se escolhi Venuti para citar, isso se deve à proximidade de suas bases relativamente à AD no que tange a Althusser, bem como à grande influência que ele vem exercendo junto a muitos estudiosos brasileiros da tradução. Mas, como já disse em outras oportunidades, a luta contra a posição marginal a que a tradução foi relegada em todas as sociedades, mesmo em seus círculos acadêmicos, constituiu a principal motivação dos teóricos da área nas últimas duas ou três décadas. A rigor, desde que a disciplina Estudos da Tradução foi institucionalmente fundada e batizada como tal nos primeiros anos da década de 1970, os seus teóricos, no afã de transformar a tradução em uma atividade visível e prestigiada, têm concentrado os seus esforços no ataque a uma noção subjetivista de sujeito relacionada ao liberalismo, à filosofia de Descartes ou ao romantismo alemão. Tal noção subjaz à crença no autor como um indivíduo livre e uno cuja razão é a única origem de sua obra, e dessa crença, por sua vez, resulta o baixo status da atividade do tradutor e a exigência de que este se mantenha neutro e passivo, de que não macule a sagrada obra do Autor – ou seja, de que não interprete. Essa reflexão é muito bem resumida por Theo Hermans (1985) na seguinte passagem:

“A principal raiz de tais visões [visões sobre linguagem e literatura que negligenciam a tradução] parece situar-se em uma série de conceitos ingenuamente românticos de ‘gênio artístico’, ‘originalidade’, ‘criatividade’ [...]. Se o artista literário é visto como um gênio criativo incomparavelmente dotado, com profundo conhecimento e mestria de

sua língua nativa, o trabalho que ele produz será naturalmente visto como superior, intocável, inimitável, abençoado. (apud Frota, 2000a, p. 266)

São corolários desse subjetivismo as noções já aludidas de transparência dos textos, de instrumentalidade da língua, de univocidade dos signos, de apagamento das determinações histórico-culturais e político-ideológicas – e, portanto, de interpretação como mera decodificação ou como exegese.

Creio então que se pode dizer que as duas disciplinas, por vias teórico-epistemológicas parcialmente semelhantes, efeito de suas condições de produção, têm como um ponto de partida central a reformulação da noção de sujeito, justamente naquilo em que concerne à interpretação. Segundo Bethania Mariani, “Pêcheux [...] estabelece o discurso como objeto de uma disciplina de entremeio, cujo objetivo maior é estabelecer uma reflexão sobre sujeito e sobre funcionamentos lingüístico-históricos, visando a uma interpelação ideológica constitutiva da produção de sentidos nos sujeitos” (2003, p. 57). Interrompo aqui essa citação de Mariani para fazer algumas ponderações e volto a ela mais adiante.

A primeira ponderação é a seguinte: há alguns anos tenho a opinião de que no campo dos estudos da tradução já estão suficientemente estabelecidas as posições conceituais acima apresentadas. Eu diria que elas constituem um ideário que é hoje predominante entre os estudiosos da tradução e que por isso mesmo já se superou o momento, então fundamental, de nos batermos por sua difusão e aceitação entre nós, pesquisadores. Como em meu campo disciplinar se convencionou chamar de pós-estruturalismo a esse ideário para nós revolucionário, tenho sugerido a meus alunos que procurem desenvolver trabalhos e teses que sem dúvida pressuponham as convicções pós-estruturalistas, mas que avancem nessa reflexão; que assumam uma postura pós-pós-estruturalista.

É importante deixar claro que essa opinião se refere aos estudiosos da tradução e não ao público-leitor de um modo geral, tampouco aos nossos clientes, aos alunos novatos e mesmo inúmeros tradutores – todos estes, aos nossos olhos, sem dúvida precisam ser incentivados a questionar o senso comum, ou, digamos assim, formações discursivas ainda fundamentalmente essencialistas vinculadas a uma tradição milenar que pelo menos desde Cícero prega a literalidade e o subjetivismo, responsável, inclusive, pela tortura ou morte de vários tradutores, sob a acusação de não terem sido fiéis à letra, ou seja, de terem interpretado.

Isso não significa dizer – e faço aqui uma segunda ponderação, também inspirada no tema deste Seminário – que não seja pertinente e mesmo necessário elaborarmos com mais minúcia e profundidade algumas das novas concepções. E aí vejo uma perspectiva muito fértil para se pensar um diálogo entre a AD e os

estudos da tradução. As proposições teóricas nesse segundo campo de um modo geral se constituem a partir de formulações de outras áreas; são raras aquelas que se constituíram mais propriamente no interior da disciplina. E é nesse sentido que os estudos da tradução a meu ver muito se beneficiariam de uma interlocução com a AD, sobretudo neste momento em que neles se anuncia uma “virada histórica”, a qual estaria tomando o lugar da “virada cultural” ocorrida nos anos oitenta.

A análise de traduções desde sempre foi feita, mas referida ao quadro teórico-conceitual aqui criticado e com as finalidades de julgar e prescrever. Nos últimos anos, por outro lado, vem-se tornando cada vez mais freqüente a análise de traduções como uma tentativa de se perceberem diferentes estratégias às quais estariam submetidas, recursos manipulatórios com graus variáveis de domesticação ou de estrangeirização regidos por jogos de poder e interesses os mais diversos. Não tenho dúvida de que noções como a de discurso e historicidade, de formações sociais e ideológicas, desenvolvidas na AD, em muito contribuiriam para o enriquecimento dessas investigações. Conceitos caros aos estudos da tradução como cultura, história e ideologia, sem dúvida carecem de reflexões que aprofundem seus engendramentos e articulações. Como fazer avançar, por exemplo, o nosso entendimento acerca do assujeitamento ideológico ao qual tanto nos referimos? Como lemos em Mariani, não é um objetivo maior da AD compreender justamente a “interpelação ideológica constitutiva da produção de sentidos nos sujeitos”?

E neste ponto retomo o fio de pensamento que vinha pautando minha escrita, sem contudo desconsiderar as ponderações feitas. Ao confrontar limites e mapear conceitos da AD e dos estudos da tradução, em particular aqueles que formam, por assim dizer, a constelação conceitual que entra em jogo na operação interpretativa, procurei trazer pontos de convergência entre os dois campos. Também procurei destacar, naquela constelação, o conceito de sujeito. Para levar adiante a reflexão iniciada, é preciso dizer que há, dada a sua história e amplitude, uma marcante heterogeneidade teórica nos estudos da tradução, ainda que, como já indicado, se possa perceber um referencial que hoje prepondera, dentro de certos limites e ressalvadas diferenças importantes de percurso e grau de elaboração teóricos. Nesses termos, creio ser possível afirmar que a ruptura operada pelos estudiosos da tradução se fez acompanhar necessariamente por uma concepção não-subjetivista de sujeito, com ela ganhando relevância as esferas da cultura, da ideologia e da história. A interpretação entendida como constituição de sentidos, nos sujeitos, passou a ser pensada como efeito daquelas esferas, articuladas na linguagem. Passou-se assim a pensar o sujeito como assujeitado – à ideologia, à história, à língua.

Correndo o risco de errar, eu diria que na reflexão teórica da AD (também aqui ressalvadas as suas importantes diferenças em relação aos estudos da

tradução se abandonarmos aquela aproximação de cunho mais genérico que eu vinha fazendo) da mesma forma a ênfase recai, de Pêcheux até hoje, sobre a relação entre a produção de sentidos e a ordem histórico-ideológica; ou, nas palavras de Mariani, sobre a “interpelação ideológica constitutiva da produção de sentidos nos sujeitos”. Embora ela a seguir tenha escrito: “O conceito em questão remete também para o sujeito dividido da psicanálise, ou seja, um sujeito como efeito de linguagem, falado pelo inconsciente” (op. cit., p. 57).

Logo ao início do texto já aqui citado de Paul Henry, ele diz que “os conceitos e as noções-chaves dos textos assinados Thomas Herbert [...] fazem explicitamente referência ao ‘materialismo histórico’ e à psicanálise” (p. 13). Mas muitas páginas à frente ele afirma:

“no momento em que escreve A análise automática do discurso e os dois textos assinados por Herbert, Pêcheux segue mais Althusser que Lacan, Derrida ou Foucault. Vimos que a preocupação principal de Pêcheux referia-se à ligação entre o discurso e a prática política, ligação que, para ele, passa pela ideologia”. (p. 30)

E a essa afirmação podemos relacionar outras:

“o sujeito para Althusser é o sujeito da ideologia, e não há outro sujeito senão este da ideologia, não se tem aí o sujeito de Lacan, ou de Foucault, ou de Derrida.” (p. 33)

“O objetivo de Lacan é renovar a psicanálise e seu sujeito é aquele do inconsciente estruturado como uma linguagem. A linguagem é a condição do inconsciente, aquilo que introduz para todo ser falante uma discordância com sua própria realidade.” (p. 34)

“Althusser não estava particularmente interessado pela linguagem, e é aí que chegamos ao âmago daquilo que tem de ver com Pêcheux: as relações entre a linguagem e a ideologia.” (p. 34)

“Pêcheux se colocou entre o que podemos chamar de ‘sujeito da linguagem’ e ‘sujeito da ideologia’. Isto teve um peso sobre toda sua obra [...]. Em um de seus livros posteriores, *Les vérités de La Palice*, ele trata, precisamente, de discernir mais claramente as relações entre estes dois sujeitos, [...] e coloca o discurso entre a linguagem (vista a partir da lingüística, do conceito saussuriano de *langue*) e a ideologia” (p. 34-35).

Parece possível supor que Pêcheux tenha deixado apenas indicada em sua obra uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica e que mais contemporaneamente alguns pesquisadores da AD venham investigando, com a psicanálise, articulações entre esta e o campo do discurso. Mariani diz encontrar-se voltada atualmente para “uma leitura mais sistemática da obra de Jacques Lacan, no intuito de melhor compreender os desdobramentos implícitos por Pêcheux ao dizer que a discursividade precisa considerar seu campo atravessado por uma teoria do sujeito de base psicanalítica” (op. cit., p. 56, grifo meu).¹

Ainda que falha essa suposição, através da qual pretendi fazer uma analogia com o campo dos estudos da tradução no que diz respeito à inscrição do sujeito na operação interpretativa, trago para discutirmos uma questão teórica que muito tem me interessado pensar nos últimos anos. De forma breve, assim eu a formularia: conceber o sujeito, na história, como assujeitado à linguagem em sua relação com a ideologia, se por um lado rompe com a noção de sujeito como um indivíduo livre e centrado em sua razão, por outro lado me parece fechar-se à perspectiva de se pensar o sujeito como efeito de uma história singular. Dito de outro modo: recusa-se a idéia do sujeito que fala livremente, que produz sentidos (inovadores) advindos de um gesto de mestria, e passa-se a pensá-lo como um sujeito que é falado por uma ordem que, concebida nos termos, digamos assim, de uma história social, não contempla uma história particular que se constitui em meio a ela.

Nos estudos da tradução vários caminhos teóricos acabam por chegar a essa situação, a qual fica muitas vezes agravada, como já sinalizei, pela ausência de uma elaboração mais minuciosa de tudo o que está aí em jogo. Em um primeiro momento, nada parece haver de problemático na transformação que se operou no que concerne à relação entre sujeito, linguagem e ideologia, tal como procurei esboçar acima. Contudo, se nos satisfazemos com uma compreensão superficial de como essas esferas se articulam, corremos o risco de ver o sujeito como mero reflexo de ordens que a ele transcendem. Do mesmo modo, se não entendermos satisfatoriamente a ruptura com o subjetivismo, acabamos por nele recair sempre que precisarmos dar conta de um gesto interpretativo que nos pareça mais diretamente associado ao que chamei de uma história particular. (Essa recaída talvez seja inevitável, como nos mostra a noção lacaniana de Imaginário, mas saber/não saber disso faz diferença no nosso caso).

Foi o confronto com esse dilema teórico que me levou à psicanálise, na qual e com a qual procurei resolvê-lo. É preciso dizer que esse dilema foi gerado, em um primeiro momento, pela insatisfação com a lingüística saussureana e, a seguir, com a obra de Venuti, à qual me dirigi com a expectativa de que trouxesse

¹ Cabe lembrar que Nina Leite também investigou esse “atravessamento” (ver Leite, 1994, em particular p. 15-16, onde explicita essa questão).

uma alternativa àquela. O que me motivava mais de imediato era o interesse em pensar um certo tipo de intervenção importante que se dá na operação tradutória e que a meu ver se constitui como uma intervenção para além (ou aquém?) daquelas intervenções de natureza estritamente sócio-históricas. (Ir para o campo da psicanálise, experimentar a interdisciplinaridade, significou experimentar dificuldades e riscos; os quais, preciso dizer, se acentuam ainda mais no presente caso, considerados aqueles que porventura venham a ler ou ouvir este trabalho.)

A psicanálise me parece romper com as teorias idealistas que autonomizam o pensamento, sem recair numa relação mecanicista entre a existência material da língua e o psiquismo, e tampouco sem deixar de articular os nossos gestos linguageiros a circunstâncias históricas e culturais. Na psicanálise, a língua(gem) é pensada como uma estrutura que, sim, preexiste ao indivíduo, este tornando-se sujeito justamente por assujeitar-se a ela, mas como uma estrutura que, por incluí-lo enquanto sujeito plural e dividido, não só o constitui como pode ser singularmente rompida por ele – rompida pela singularidade do desejo inconsciente. Não há aqui uma substancialização da língua (como na *langue* saussureana) ou de formações discursivas, da história ou da ideologia (como na teoria de Venuti), substancialização essa que reduz os gestos subjetivos a meros reflexos daquelas, incapazes de afetá-las; não há tampouco sua reificação, base da crença na possibilidade de a manipularmos livremente. O desejo inconsciente pode acontecer como uma ruptura que se efetua de língua e na língua, dando-se como uma diferença que, sem ser subjetivista, está articulada à história do sujeito.²

Leiamos abaixo as traduções de dois trechos de um seminário de Lacan:

“reencontramos aqui o que já lhes indiquei, isto é, que o inconsciente é o discurso do outro. O discurso do outro não é o discurso do outro abstrato, do outro da díade, do meu correspondente, [...] é o discurso do circuito no qual estou integrado. Sou um dos seus elos. É o discurso do meu pai, por exemplo [...]. Estou condenado a reproduzir [as faltas cometidas por meu pai] porque é preciso que eu retome o discurso que ele me legou, não só porque sou o filho dele, mas porque não se pára a cadeia do discurso, [...], de forma que esse discurso efetua um pequeno circuito no qual se acham presos uma família inteira, um bando inteiro, uma facção inteira, uma nação inteira ou a metade do globo. [...] Eis o que é preciso repetir.” (1987, p.118, grifos meus)

² O livro de Bertrand Ogilvie (ver bibliografia) foi fundamental para essas colocações, feitas também em Frota, 2000a, p. 21, e Frota, 2000b, p. 27.

“o sujeito descobre por intermédio da análise sua verdade, ou seja, a significação que, em seu destino particular, adquirem estes dados que lhe são próprios e que se pode denominar seu quinhão. [...] o que a análise revela ao sujeito é a sua significação. Esta significação é função de uma determinada fala, que é e que não é fala do sujeito – esta fala ele já a recebe prontinha, ele é seu ponto de passagem.” (Ibidem, p.406, grifos meus)

O que leio nesses trechos é que do grande “circuito” simbólico que nos abarca, um pequeno “quinhão” nos constitui de modo mais direto: traços que podem ser entendidos, com Freud, como restos de imagens vistas e de palavras ouvidas³. Traços a partir de alguns dos quais, provisoriamente relacionados segundo determinadas leis, são conformados nossos desejos e afetos, que, sem o sabermos, estão sempre insistindo em se expressar. Com freqüência obtêm êxito, e um dos espaços privilegiados de sua expressão consiste justamente em nosso discurso: não apenas naquele que ganha materialidade ao falarmos e escrevermos, mas também naquele que se mantém, usando uma conhecida expressão de Jean-Claude Milner, no “éter” do sentido. Como lemos nas citações acima, esse quinhão é significação e é fala; é próprio do sujeito, mas vem do outro. E do Outro.

Dadas as restrições de tempo e de espaço, concluo este texto recontando uma história, acreditando que ela será muito mais significativa do que minhas elucubrações teóricas. Como aprendi com Freud, sobretudo em seu *A psicopatologia da vida cotidiana*, passo a palavra à tradutora, já que foi ela que cometeu o lapso ao traduzir *rocking chair* por “cadeira de rodas” em uma canção de um musical de Woody Allen. Vejam o que ela me escreveu:

algumas semanas antes da estréia nacional do filme, mas depois que ele já havia sido legendado pelo laboratório, acordei de madrugada sobressaltada, com a certeza de que havia um equívoco na tradução de um dos números musicais. Fui para o computador e repassei todas as canções uma a uma, até que me deparei com o seguinte:

³ Ver, por exemplo, “O ego e o id”, de 1923.

I have a message for you.
 You work and work,
 for years and years,
 always on the go.
 You never have a minute,
 too busy, making money.
 You say one day
 you'll have some fun
 when you're a millionaire.
 Imagine all the fun you'll
 have
 in your old rocking chair.
 Enjoy yourself,
 it's later than you think.
 (...)

Tenho um recado.
 Você trabalha e trabalha
 Durante anos e anos.
 Sempre a mil.
 Nunca tem um minuto,
 ocupado, ganhando
 dinheiro.
 Diz que um dia
 irá se divertir
 quando for milionário.
 Imagine como irá se
 divertir
 numa cadeira de rodas.
 Divirta-se,
 é mais tarde do que você
 pensa.
 (...)

O contexto da canção no filme é o velório de um avô cujo fantasma levanta-se do caixão e, dirigindo-se à família, reunida, diz que se eles continuarem a trabalhar na intensidade em que o fazem, suas vidas vão passar e, quando se derem conta, estarão presos a uma cadeira de balanço/rodas. A tradutora, que morou por diversos anos nos Estados Unidos, onde fez mestrado em literatura, relatou-me, “arrasada”, o que considerou um “terrível ato falho”. Eu lhe observei que considerava “cadeira de rodas” uma melhor tradução do que “cadeira de balanço”, tendo em vista a nossa cultura urbana e, a partir daí, o que me pareceu uma metáfora muito mais adequada da impotência normalmente associada à velhice. Ainda a favor de sua escolha inconsciente, ponderou-se mais tarde, há a identidade acústica e visual entre as primeiras sílabas das duas palavras e o costume corrente de as cadeiras de escritório, ou seja, de trabalho, terem rodinhas. Porém, independentemente da pertinência ou não da tradução, considero interessante acrescentar que a tradutora, a princípio, atribuiu sua interpretação inconsciente a uma possível identificação entre a figura do avô, no filme, e parentes idosos dela própria, avós e tios-avós, os quais, em sua quase totalidade, terminaram suas vidas presos a uma cadeira de rodas. Após a análise feita pela tradutora junto a seu analista, contudo, o objeto/sentido identificado deslocou-se para ela própria, há anos traduzindo sem parar, presa a uma “cadeira de rodas”.

Bibliografia:

FREUD, Sigmund. O ego e o id. Salomão, J. (org.). Obras completas – Edição Standard Brasileira, v. XIX. Tradutores diversos. Rio de Janeiro, Imago, 1996.

FROTA, Maria Paula. A singularidade na escrita tradutora: linguagem e subjetividade nos estudos da tradução, na lingüística e na psicanálise. Campinas e São Paulo, Pontes e FAPESP, 2000(a).

FROTA, Maria Paula. A singularidade do desejo: diferença não-subjetivista, mas além do social. LEITE, Nina V. de A. (org.). Cadernos de Estudos Lingüísticos, Campinas, n. 38, p. 25-38, jan./jun. 2000(b).

HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969). Traduzido por Bethania Mariani. GADET, F. e HAK, T. (orgs.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, Editora da UNICAMP, 1990.

LACAN, Jacques. O Seminário: livro 2: o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise. Traduzido por M. C. Penot. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1987.

MARIANI, Bethania. Subjetividade e imaginário lingüístico. Linguagem em (Dis)curso, Tubarão, v. 3, número especial, p. 55-72, 2003.

OGILVIE, Bertrand. Lacan – a formação do conceito de sujeito. Traduzido por Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1991.

ORLANDI, Eni P. Discurso e leitura. São Paulo e Campinas, Cortez e Editora da UNICAMP, 1988.

ORLANDI, Eni P. O que é lingüística? São Paulo, Brasiliense, 1989.

VENUTI, Lawrence. A invisibilidade do tradutor. Tradução de Carolina Alfaro. paLavra, Rio de Janeiro, n. 3, p. 111-132, 1995.